

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**ÀS LÍNGUAS DO BRASIL, MEMÓRIAS: A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Dantielli Assumpção Garcia

dantielligarcia@gmail.com

Doutoranda (FAPESP, Proc. n° 07/58250-1)

Universidade Estadual Paulista (UNESP-IBILCE)

Falar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é discorrer de algum modo sobre a organização, a sistematização de um saber sobre o Brasil. Essa instituição foi fundada em 1838, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), com a finalidade de “colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á história do Brazil” (RIHGB, tomo 1, 1839, p. 6). Nossa proposta neste trabalho consiste em analisar como o saber linguístico participa da constituição do discurso da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) no século XIX. Para que esse objetivo seja alcançado analisaremos as revistas do IHGB concernente ao século XIX (1839-1900), além da *Revista do IHGB* n° 400 de 1998.

Nossa perspectiva teórica é a da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Para essa discussão especificamente mobilizaremos a diferença entre *memória discursiva* e *memória institucionalizada* (Orlandi, *Análise de Discurso*, 2006). A memória discursiva é constituída pelo esquecimento, são todas as enunciações já ditas e silenciadas pelas condições de produção. Já a memória institucionalizada é o arquivo, estabilização dos sentidos, efeito de relações de forças, nele há um fechamento. Conforme Orlandi (2006, p. 22), a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”.

Buscaremos aqui analisar que memória as *Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) constituíram em seus textos às línguas do Brasil, ou seja, mostraremos que ao documentar/arquivar saberes sobre as línguas, algumas questões são apagadas e outros sentidos surgem como sendo únicos no imaginário e na memória dos sujeitos do século XIX e dos séculos seguintes.

Iniciaremos este trabalho com a análise da *RIHGB n° 400* e, após isso, apresentaremos a análise das RIHGB do século XIX, refletindo especificamente sobre o processo de gramatização.

A Revista do IHGB n° 400: um gesto de documentação

A *Revista do IHGB n° 400*, publicada em 1998 em comemoração aos 160 anos do IHGB, busca dar conta de uma periodicidade de 159 anos da *Revista do IHGB*. A *Revista n° 400* é um índice dividido em *assunto*, *título* e *autor*. Na Introdução da Revista, temos: “Decorridos tantos anos desde o número inicial e publicadas muitas centenas de títulos, julgamos oportuno o momento, na verdade inadiável, para inserir nesta longa série de contribuições culturais um número especial, de índices, abrangendo desde a primeira publicação, de abril de 1839, até a de n° 399”.

Consideramos a *Revista n° 400* um texto documentador que sistematiza a documentação de obras (textos) sobre diversos temas produzidos ou coletados pelo IHGB. De acordo com Nunes (*O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários*, 2008, p. 83), convém distinguir os textos a serem documentados (obras) dos textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc):

Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalingüístico. Por vezes ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação (NUNES, 2008, p. 83)

A *Revista n° 400* se apresenta com o objetivo de documentação: “fazia falta, entretanto, um índice que cobrisse o conjunto da produção da Revista, atualizado até nossa época e dentro dos moldes técnicos”. Assim, com o objetivo de refletir sobre a prática de documentação efetuada pela Revista do IHGB, analisamos quais textos documentais, especificamente relacionados ao saber linguístico, foram reunidos e divulgados nesse texto documentador que se constitui a *Revista do IHGB n° 400*.

Para essa análise especificamente nos baseamos na parte do índice *Assunto*. Analisamos especificamente três temas dessa divisão: *Dicionário*, *Língua* e *Índios*. Nesses dois primeiros temas, temos contemplados os seguintes textos:

Dicionário

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba maranhense, 1891.

- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.
- Dicionário histórico e geográfico das campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai, 1887.

Língua

- Vocabulário da língua bugre, 1852.
- Explicação conveniente acerca do trabalho de Pablo Restivo sobre a língua guarani, 1895.
- A língua geral do Amazonas e o guarani, 1888.
- Um manuscrito guarani, 1880.
- Palavras guaranis, 1897.
- Partículas de la lengua guarani, 1895.
- Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira, 1882.
- Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1852.
- Coleção de etimologias brasílicas, 1846.
- Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil, 1841.
- A grammar and vocabulary of the tupi language, 1880.
- Vocabulário da língua geral usada hoje no alto do Amazonas, 1854.

Nessa divisão, podemos notar que as línguas documentadas são: *tupinambá*, *língua geral do Brasil*, *língua geral do Amazonas*, *língua geral brasileira*, *língua brasílica*, *língua tupi*, *língua geral usada no alto do Amazonas*, *língua guarani* e *língua bugre*. Ademais temos uma obra em língua portuguesa que é regionalista (*Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*). Há somente uma língua (bugre) que não pertence ao tronco Tupi-Guarani¹, as demais línguas fazem parte desse tronco. Essa divisão constitui um imaginário de que as línguas que tem estatuto de língua são as do tronco Tupi-Guarani, além de apagar o multilinguismo existente no Brasil. No texto *Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil*, podemos notar que não há a indicação de quais línguas indígenas devem ser ensinadas e estudadas. No entanto, essa divisão proposta pela *RIHGB n° 400* permite-nos pensar que são somente as línguas do tronco Tupi-Guarani objetos de um estudo. Cria-se um imaginário de que as “línguas indígenas do Brasil” são somente essas nomeadas nessa parte do índice. De acordo com Barros (*Uma visão romântica do tupi*, 1990), “no mundo acadêmico do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a principal instituição responsável pela produção e difusão dessa visão normativa do tupi”.

O modo como o índice se constitui por temas (aqui, especificamente, *língua* e *dicionário*) encobre a diversidade linguística do Brasil. O índice leva a pensar que no espaço de “estudo e ensino” das línguas indígenas do Brasil só teríamos as línguas gerais (tupi-guarani) e que somente essas línguas foram gramatizadas e objeto de interesse do IHGB.

¹ Pertencente ao Tronco Macro-Gê.

Na *RIHGB* n° 400, a língua tupi-guarani é que dá unidade no espaço multilíngue que é o Brasil, é essa imagem de homogeneidade, que apaga a diversidade, que se historiciza nessa tematização do índice e que se sustentará no tema *Índios*. Vejamos esse tema (fizemos um recorte para essa análise):

Índios Bororo – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário da língua dos Bororos-Coroados do Estado de Mato-Grosso.

Índios Caingangue – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário do dialeto Caingang.

Índios Puri – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário Puri.

Nessa tematização, temos alguns glossários e vocabulários contemplados. Estes não estão presentes na tematização *Língua e Dicionário*. Qual seria o critério de tematização? Essas outras línguas não teriam o estatuto de língua? Apaga-se, como já ressaltamos, as línguas pertencentes ao tronco Macro-Gê. A divisão em temas é feita pela nomeação do grupo indígena (índios *bororo*, *caingangue*, *puri*) e não por sua língua. Esse gesto de documentação apaga as outras línguas e o imaginário de unidade e de representatividade da língua tupi é explicitado. Ademais, podemos perceber uma flutuação nas nomeações: ora o vocabulário é de língua, ora de dialeto, ora é somente pelo nome do grupo indígena. Não há uma estabilidade nessas nomeações.

Além disso, por essa tematização, podemos dizer que há uma separação do sujeito leitor. O índice divide a sociedade, os sujeitos. Na tematização *Língua e Dicionário*, teríamos textos direcionados a linguistas, a estudiosos das ciências da linguagem. Já na tematização *Índios*, ao sujeito antropólogo.

Na análise desses temas, pudemos perceber a não-completude ao categorizar-se, as falhas, os equívocos que um gesto de documentação produz no real e no imaginário da linguagem. Apagam-se alguns sentidos para tornar transparentes outros. A *Revista* n° 400, como um texto documental, estabiliza sentidos e vai construindo um discurso da história em que podemos ver como as línguas do tronco Tupi-Guarani, em uma relação de força, se sobrepõem às línguas do tronco Macro-Gê e cria um imaginário de unidade, de homogeneidade, apagando o multilinguismo existente no Brasil.

Vejamos o processo de dicionarização na *RIHGB*.

A RIHGB e a dicionarização das línguas indígenas

Nesta parte, apresentaremos uma lista com o que foi produzido, coletado e divulgado pela *Revista do IHGB* (no século XIX) em relação às línguas indígenas em termos de produção lexicográfica. Temos os seguintes materiais:

- Vocabulário Puri.

- Palavras Guaranis.
- Vocabulário da Língua Bugre.
- Collecção de Etimologias Brasileiras.
- Notícia sobre os Botocudos acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações.
- Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas.
- Vocabulário dos Índios Cayuaz.
- Vocabulário da Língua Guaná ou Chané.
- Os índios Caingang e seu dialeto.
- Vocabulário do dialeto Caingang.
- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba Maranhense.
- Dicionário da Língua Geral do Brasil.
- Vocabulários Indígenas.
- Vocabulário da Tribu dos Xerentes.
- Vocabulário da Tribu Caiapó.
- Vocábulo indígenas e outros introduzidos ao uso vulgar.

Esses artigos são distribuídos em duas partes da revista: (i) documentos relativos ao Brasil e (ii) trabalhos dos sócios do IHGB. Esses trabalhos em geral são materiais que os membros do IHGB coletaram ou em aldeamentos ou em bibliotecas – realizando uma pesquisa de arquivo. Esses materiais são oferecidos ao IHGB para fazerem parte do acervo dessa instituição.

Nas RIHGB, podemos observar a organização, a sistematização do processo de gramatização. Nas revistas visualizamos as seguintes etapas:

- a. Transcrição alfabética de termos indígenas.
- b. Citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos.
- c. Listas temáticas de palavras LI-LP e LP-LI.
- d. Dicionários bilíngues LP-LI.
- e. Dicionários bilíngues LI-LP.

Podemos notar que a elaboração/divulgação de dicionários bilíngues pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* está relacionada à formação de uma História do Brasil que busca constituir uma identidade aos brasileiros, com um passado linguístico de origem indígena. Segundo Nunes (*Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*, 2006, p.135), “As línguas indígenas passaram a ser consideradas como provas de um passado linguístico brasileiro.

Despontaram, então, alguns modos de interpretar o lugar dos índios, e, paralelamente, o lugar das línguas indígenas na História do Brasil”.

Nos vocabulários, podemos perceber que o índio é trazido para dentro da história do Brasil, porém sem dar voz a esse sujeito. Neles, o índio é observável, compreensível; sua cultura, legível. O índio, como constituidor da identidade nacional, entra nesse processo não com sua real identidade, mas sim com sua imaginária identidade construída por sujeitos (membros do IHGB) a favor dos interesses de um governo Imperial. Nunes (2006, p. 244) mostra que as práticas de arquivo durante o período imperial apontam múltiplas transformações discursivas localizadas:

estabelecimento de um passado lingüístico com a imagem do tupi antigo, construção de uma temporalidade passada no enunciado definidor, elaboração de uma narrativa histórica no interior dos verbetes, surgimento de uma descrição etimológica que ligava o tupi ao português, assim como um trabalho específico com a noção de *radical*, numa filiação à gramática histórica. Simultaneamente, temos nesse período a inauguração de instituições como a Biblioteca Nacional e os Institutos Históricos e Geográficos e, com isso, a formação de dispositivos de interpretação que relacionam o saber lingüístico à elaboração de uma História do Brasil.

É isso que vemos na RIHGB. A formação de um dispositivo de interpretação dos arquivos que relacionam os saberes lingüísticos à elaboração de uma História do Brasil. Nesse gesto de interpretação, a própria revista se constitui como um arquivo e serve como material para a constituição de uma história pelos sujeitos de uma elite brasileira.

Referências Bibliográficas

BARROS, M.C.D.M. Uma visão romântica da língua tupi. In: *Ameríndia*, nº 15, 1990.

NUNES J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.

_____. O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*. 2008.

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (org). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.